

ATA DA 8ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 05 de setembro de 2005

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e cinco, às nove
2 horas, na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério
3 Público do Estado do Ceará, na sede da Procuradoria Geral de
4 Justiça - PGJ, reuniram-se para a 8ª Reunião Ordinária do
5 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
6 - CEG/FDID, sob a Presidência do Dr. Anastácio Jorge Matos de
7 Sousa Marinho, Conselheiro da **PGE** e Vice-Presidente do CEG/FDID,
8 em razão da ausência justificada da Procuradora-Geral de
9 Justiça, Presidente do Conselho Estadual Gestor do Fundo de
10 Defesa dos Direitos Difusos, as Conselheiras e Conselheiros
11 adiante indicados: Márcia Maria Ximenes Mendes, representando o
12 Secretário da Ouvidoria-Geral e Meio Ambiente - **SOMA**; Marilene
13 da Páscoa Barros, representando o Secretário da Ciência e
14 Tecnologia - **SECITECE**; Rimena Alvena Alves Praciano,
15 representando o Secretário de Cultura - **SECULT**; José Galba de
16 Menezes Gomes, representando o Secretário da Saúde - **SESA**;
17 Sheila Cavalcante Pitombeira, Coordenadora do Centro de Apoio
18 Operacional da Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo,
19 Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - **CAOMACE**; Liana
20 Maria Machado de Souza, representando o Secretário da Fazenda -
21 **SEFAZ**; Antonio Carlos Azevedo Costa, representando o Secretário
22 Executivo do Programa Estadual de Proteção e Defesa do
23 Consumidor - **DECON**; Raimundo Batista de Oliveira, membro do
24 Ministério Público, titular da 1ª Promotoria de Justiça do Meio
25 Ambiente e Planejamento Urbano - **PJMA**. Não compareceram: o
26 representante da Secretaria de Turismo - **SETUR**; o Representante
27 da Assembléia Legislativa - **AL** e as 03 (três) **ONG's**. Justificou
28 ausência a Procuradora-Geral de Justiça. **Dr. Anastácio Jorge**
29 **Matos de Sousa Marinho -PGE**, Vice-Presidente: Bom dia a todos.
30 Podemos iniciar a reunião, observando que temos quorum. A ordem
31 do dia hoje seria a aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária.
32 Queria saber se alguém tem alguma consideração a fazer? (pausa)
33 Não tendo, então está aprovada a Ata. Segundo ponto da ordem do
34 dia é o exame da documentação das **ONG's** para compor o Conselho
35 Estadual Gestor do Fundo dos Direitos Difusos. A Secretaria me
36 informou que as **ONG's** continuam sem encaminhar a documentação
37 necessária. Evidentemente nós não podemos aprovar a participação
38 sem a comprovação de todos os requisitos previstos na lei e nas
39 nossas normas internas. Então eu sugeriria, até conversando com
40 a Dra. Márcia, da Ouvidoria, que nós abrissemos um Edital e
41 deixássemos permanentemente aberto, eventualmente fazendo notas
42 na imprensa ou alguma coisa desse tipo, para que seja ressaltada
43 a nossa responsabilidade e para não dizerem depois que estamos
44 fechando o Conselho para a participação das comunidades. E
45 permanentemente, a partir do momento que algumas dessas ou
46 qualquer outra **ONG** apresente os documentos, a gente analisaria

47 aqui e ela passaria a participar. Acho que talvez isso fosse o
48 mais razoável a ser feito, até evitar ficar abrindo e fechando
49 Edital, até o preenchimento das vagas. Ficaria por tempo
50 indeterminado. Eu acho que talvez seja o caso. Eu gostaria de
51 ouvir a opinião dos demais Conselheiros.(pausa) **Dra. Sheila**
52 **Pitombeira (CAOMACE)**: Deixando aberto e colocando no Edital até
53 o preenchimento das três vagas pelas entidades civis. Eu
54 concordo e acho que assim evitaria que alguém dissesse: O Edital
55 ficou esperando um ou outro candidato. Quando na verdade, nós
56 sabemos que há mais de um ano estamos nessa luta. **Dr. Galba**
57 **Gomes (SESA)**: Só uma curiosidade: necessariamente é preciso que
58 a ONG seja sediada no Estado do Ceará ou independe disso? **Dr.**
59 **Anastácio Marinho (PGE)**: Cearense. **Dr. Galba Gomes (SESA)**: Tem
60 que ser Cearense. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Não
61 necessariamente de Fortaleza. **Dr. Anastácio Marinho (PGE)**: Pode
62 ser de qualquer Município. **Dr. Galba Gomes (SESA)**: Digamos: uma
63 ONG nacional que tem uma sucursal em Fortaleza ou uma
64 internacional e ter uma sucursal em Fortaleza? **Dra. Sheila**
65 **Pitombeira (CAOMACE)**: Depende da vinculação. Se ela tem
66 atividades dentro do Ceará. **Dr. Anastácio Marinho (PGE)**: Ter
67 atividades dentro do Ceará. Então eu vou colocar em votação.
68 **Dra. Márcia Ximenes (SOMA)**: SOMA concorda. **Dra. Marilene da**
69 **Páscoa (SECITECE)**: Concorda. **Dr. Galba Gomes (SESA)**: Estamos de
70 acordo. **Dra. Rimena Alves (SECULT)**: Concorda. **Dr. Raimundo**
71 **Batista (PJMA)**: De acordo, só com uma observação, até porque eu
72 sou conhecedor de uma ONG ambientalista que tem na minha ex-
73 comarca, Senador Pompeu, e que essa possibilidade de
74 participação não é do conhecimento dessa ONG. Então eu acho que
75 necessita uma divulgação maior nesse sentido. Às vezes essa
76 ausência pode ser fruto dessa falta de informação. **Dr. Anastácio**
77 **Marinho (PGE)**: Na verdade o que nós verificamos e que vieram até
78 ONG's de Quixadá, mas elas não apresentam é a documentação.
79 Porque na verdade nós já baixamos uns três editais com ampla
80 divulgação na imprensa, nos diversos órgãos aqui do Estado, mas
81 existe a dificuldade na verdade é para apresentar a documentação
82 necessária. **Dr. Raimundo Batista (PJMA)**: Mas mesmo assim eu
83 queria sugerir que para cada colega do Ministério Público do
84 interior a gente mandasse informar sobre o edital. **Dr. Anastácio**
85 **Marinho (PGE)**: Poderia até mandar para cada Comarca para ele
86 fazer a divulgação lá. Concordo. Perfeito. Até abrangeria todo o
87 Estado mais facilmente. **Dr. Antonio Carlos Azevedo (DECON)**: É eu
88 concordo, inclusive solicitando que nos considerando, numa
89 portaria muita bem explicitada, as razões porque ficaria em
90 aberto. **Dra. Liana Souza (SEFAZ)**: A SEFAZ concorda. Agora
91 gostaria de sugerir que a gente até estabelecesse a
92 periodicidade de divulgação no próprio Edital. **Dr. Anastácio**

ATA DA 8ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 05 de setembro de 2005

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

93 **Marinho (PGE)**: OK. Então fica aprovada. Peço que a Secretaria
94 faça uma minuta de Resolução, apenas para a gente assinar,
95 estabelecendo a abertura do Edital por prazo indeterminado e
96 fixando uma periodicidade de 30 em 30 dias, de uma informação
97 geral na imprensa, uma coisa desse tipo, e colocar a sugestão
98 que seja encaminhada a todas as Promotorias do Estado e as
99 Diretorias dos Fóruns. Então, na verdade essas eram as duas
100 pautas da ordem do dia de hoje. Antes de facultar a palavra, eu
101 vou só informar aos Conselheiros que o Conselho já aprovou um
102 projeto encaminhado aqui pelo próprio Ministério Público, que é
103 o de Reparcelamento dos Órgãos de Execução e Tutela Coletiva de
104 1ª Entrância, no valor de R\$ 21.860,00 (Vinte e um mil e
105 oitocentos e sessenta reais) e foram apresentados mais três
106 Projetos, que estão em análise: Um da Secretaria da Ouvidoria-
107 Geral do Meio Ambiente - SOMA, que é o Projeto do "Selo
108 Municipal Verde", no valor total de R\$ 47.960,00 (quarenta e
109 sete mil e novecentos e sessenta reais), onde o FDID entraria
110 com R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). Existe outro Projeto
111 da Secretaria de Turismo - SETUR, de elaboração do "Folder do
112 Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos". Esse Projeto
113 tem um valor de R\$ 22.880,00 (vinte e dois mil e oitocentos e
114 oitenta reais), onde o FDID entraria com R\$ 22.000,00 (vinte e
115 dois mil reais) e mais um Projeto da Prefeitura Municipal de
116 Russas de "Coleta Seletiva e Educação Ambiental", no valor de R\$
117 100.000,00 (cem mil reais), onde o FDID participaria com R\$
118 95.00,00 (noventa e cinco reais), fora a contrapartida do
119 Município. Então existem esses três projetos que estão em
120 análise nos setores competentes e posteriormente eles deverão
121 vir ao Conselho para análise. Eu coloco agora a palavra
122 facultada. (pausa) **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Eu queria
123 registrar a presença do Dr. Raimundo Batista que é Promotor
124 Público e é o titular da Promotoria do Meio Ambiente e
125 Planejamento Urbano e que tem assento neste Conselho. Gostaria
126 de registrar essa referência. E também o fato de termos
127 colocados aí na pasta um encaminhamento que recebemos do Centro
128 de Apoio do Meio Ambiente de São Paulo, sobre critérios para a
129 apreciação de projetos do Fundo dos Direitos Difusos do Estado
130 de São Paulo. São Paulo é um Estado onde, como o Ceará, o Fundo
131 dos Direitos Difusos também é vinculado ao Ministério Público.
132 **Dr. Anastácio Marinho (PGE)**: Alguém mais gostaria de usar a
133 palavra? (pausa) Então está encerrada a sessão. A próxima fica
134 marcada para a primeira segunda de outubro. **Dr. Galba Gomes**
135 **(SESA)**: Eu não sei se caberia aqui para discussão a questão que
136 está envolvendo a Secretaria da Saúde, e eu inclusive não
137 comuniquei, mas eu queria comunicar o seguinte: Está havendo um
138 problema. Aliás, esse é um problema nacional, um problema que

139 está gerando uma questão de certa maneira que envolve essa
140 questão da saúde. O Ministro da Saúde que assumiu recentemente
141 ele questiona se isso atende ao princípio da equidade da justiça
142 do SUS. É o seguinte: Alguns médicos prescrevem alguns remédios
143 e às vezes remédios em caráter experimental, mas aprovado em
144 alguns países como Canadá, e muitas vezes são remédios
145 caríssimos. Uma hipótese: Um remédio que custa R\$ 40.000,00, R\$
146 50.000,00. Muitas vezes são remédios que o efeito é
147 questionável. E nós estamos tendo permanentemente ações nesse
148 nível da Promotoria da Saúde. Eu elogio aí o empenho da Dra.
149 Isabel. Aqui não tem nenhuma crítica em relação a isso. Longe de
150 mim fazer uma crítica. Apenas é uma questão que eu acho que
151 cabe, que caberia a gente quem sabe discutir melhor. Eu não sei
152 se esse seria o fórum ideal para ter uma discussão, porque
153 direitos difusos perpassa todas essas questões, inclusive do
154 direito do doente, do paciente. E isso está gerando um problema,
155 porque os recursos são muito limitados no Brasil como um todo, e
156 isso está beneficiando muitas vezes pessoas com razoável
157 situação financeira. Vamos citar um exemplo aqui que aconteceu
158 recentemente: Um paciente de classe média, média alta, é
159 internado num certo hospital e ele coitado, ou a família, se
160 exauriu na questão financeira e transfere ele para um hospital
161 público, e aí ele precisa de uma certa droga para uso, e entra
162 com uma ação judicial, o que normalmente isso acontece. Na
163 maioria das vezes essas ordens judiciais ou essa ação da
164 Promotoria vem em função de uma família que tem acesso a um bom
165 advogado, e aí gera um problema. Eu sei que Dr. Anastácio é uma
166 pessoa que está muito presente com a gente em nossas discussões,
167 e eu estou só colocando um preâmbulo para a gente analisar e até
168 quem sabe, eu acho que esse fórum deveria ter momentos de
169 esclarecimento assim nesse sentido. Quero deixar bem clara,
170 nenhuma crítica em relação à Promotoria da Saúde. Eu acho até
171 elogiável o empenho dela nesse sentido, mas a gente tem que
172 criar uma parceria no sentido de a gente ter um alcance de
173 justiça maior. O que eu estou colocando, eu sei que de certa
174 maneira é perigoso, que às vezes as coisas chegam por outras
175 fontes de uma maneira diferente. Mas é uma questão que é
176 bastante preocupante, que a gente tem que discutir em relação a
177 isso aí, OK? Não sei se vocês entenderam. **Dr. Anastácio Marinho**
178 **(PGE)**: Na verdade nós não temos a participação da Promotoria da
179 Saúde aqui no Conselho. Eu acho que talvez aí fosse interessante
180 ter uma reunião conjunta com o Procurador Geral do Estado,
181 Secretário de Saúde do Estado e do Município, a Promotoria que
182 comanda essa área aqui na Procuradoria Geral de Justiça e, se
183 conversar, e mostrar as dificuldades, ver também as razões pela
184 qual ela está agindo dessa forma, e tentar se ter um norte

185 comum. Ver o que se pode fazer, porque muitas vezes vem uma
186 postulação de determinada forma, se coloca, e também não se sabe
187 a quantidade toda de dinheiro que tem para se gastar com o resto
188 da população toda que é atendida, não é? Às vezes vem um valor
189 muito alto para uma única pessoa e que vai prejudicar um grupo
190 grande de pessoas que seriam atendidas com valores mais baixos.
191 Mas eu acho que isso deve ser demonstrado numa reunião conjunta
192 com as pessoas que estão diretamente atuando neste setor. Eu
193 acho que talvez se conversasse com o Jurandir para ele falar com
194 o Wagner, marcar uma reunião com a Dra. Iracema, com a Dra.
195 Isabel, convidar a Secretaria da Saúde do Município e, em
196 conjunto se verificar as razões de cada um, e talvez consiga
197 encontrar um meio termo aí para a solução do problema. **Dra.**
198 **Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Por exemplo: Alguns esclarecimentos
199 que podem ajudar no encaminhamento ao Ministério Público. Alguns
200 medicamentos desses ou outros que são importantíssimos para a
201 questão do transplante. Quando uma pessoa faz um transplante,
202 ele tem que tomar durante um período ou a vida toda determinados
203 medicamentos. **Dr. Galba Gomes (SESA)**: Esses medicamentos já são
204 assegurados. Eles são da lista de medicamentos patrocinados.
205 **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Aí, por exemplo, esses
206 medicamentos ou algum deles, estou dando esse exemplo porque sei
207 que eles funcionam assim. Eles têm um processo de certificação.
208 Se um cara precisa de um medicamento feito na Índia, ele tem que
209 ter toda a documentação lá na Índia e tudo aprovado no
210 Consulado, na Embaixada Brasileira. Então, é possível que alguns
211 desses medicamentos relacionados nesse rol de novidades estejam
212 a merecer esse ritual de aprovação oficial no sistema
213 brasileiro, e que a gente aqui no Ministério Público não saiba.
214 **Dr. Anastácio Marinho (PGE)**: Não tem conhecimento disso, não
215 sabe. **Dra. Sheila Pitombeira (CAOMACE)**: Entende? Porque tem todo
216 o processo de aprovação da droga, de como funciona, a
217 revalidação do certificado para fabricação e distribuição, e
218 muitas vezes é possível que algum medicamento desse se apresente
219 com efeito eficaz e ele não esteja atendendo esse ritual, e a
220 gente não esteja sabendo. Só o efeito imediato que é salvar
221 vida. Então uma conversa dessa poderia esclarecer, até para
222 sabermos. Acho que esse seria o encaminhamento a ser dado. **Dr.**
223 **Galba Gomes (SESA)**: Já está esclarecido. Obrigado. **Dr. Anastácio**
224 **Marinho (SESA)**: Então está encerrada a reunião.
225

Anastácio Jorge Matos de Souza Marinho
Presidente, em exercício do CEG/FDID

ATA DA 8ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 05 de setembro de 2005

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

Rimena Alvena Alves Praciano

Conselheira - **SECULT**

Sheila Cavalcante Pitombeira

Conselheira - **CAOMECE**

Márcia Maria Ximenes Mendes

Conselheira - **SOMA**

Marilene da Páscoa Barros

Conselheira - **SECITECE**

Liana Maria Machado de Souza

Conselheira - **SEFAZ**

Antônio Carlos Azevedo Costa

Conselheiro - **DECON**

Raimundo Batista de Oliveira

Conselheiro - **PJMA**

José Galba de Menezes Gomes

Conselheiro - **SESA**